



CÂMARA MUNICIPAL
ESTADO DO ES

Processo: 1624/2017

Tipo: Projeto de Lei: 49/2017

Área do Processo: Legislativa

Data e Hora: 27/01/2017 10:11:34

Procedência: Denner Januario da Silva

Assunto: "Institui no âmbito da cidade de Vitória, a Semana de Conscientização do Lúpus, sendo realizada anualmente na segunda semana do mês de Maio."

Projeto de Lei nº 013/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vitória/ES

O Vereador Denninho Silva, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante V.Exa. apresentar para análise e tramitação nessa casa o seguinte **PROJETO DE LEI**:

EMENTA

"Institui-se no âmbito da cidade de Vitória, a Semana de Conscientização do Lúpus, sendo realizada anualmente na segunda semana do mês de Maio."

Art.1º- A semana de conscientização do Lúpus compreende as seguintes ações:

I - Campanha de divulgação e prevenção do Lúpus;

a) Informações sobre o que fazer se estiver acometido por esta doença;

b) Orientação psicológica e suporte às pessoas com Lúpus e seus familiares;

c) Encaminhamento para tratamento médico adequado;

d) Distribuição de cartazes, panfletos e folders com informações sobre as características e sintomas da doença.

II - Coletar de dados sobre os portadores desta doença, criando um banco de dados integrado com os hospitais públicos, postos de saúde e entidades privadas de saúde, com o objetivo de:

a) Detectar os índices de incidência da doença na cidade de Vitória;

b) Contribuir para o aprimoramento das pesquisas científicas do setor.

Art. 2º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Denninho Silva
Vereador - PPS



Vereador

Denninho
Silva

✉ denninho@denninhosilva.com.br

f Denninho Silva

www.denninhosilva.com.br

Identificador: 350031003300360038003A00540052004100 Conferência em <http://www.cmv.es.gov.br/spl/autenticidade>.

Câmara Municipal de Vitória
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1778
Bento Ferreira - Vitória-ES
CEP: 29.050-625 (27) 3334-4516



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
1624	02	ju

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

O Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES ou apenas lúpus) é uma doença inflamatória crônica de origem autoimune, cujos sintomas podem surgir em diversos órgãos de forma lenta e progressiva (em meses) ou mais rapidamente (em semanas) e variam com fases de atividade e de remissão. São reconhecidos 2 tipos principais de lúpus: o cutâneo, que se manifesta apenas com manchas na pele (geralmente avermelhadas ou eritematosas e daí o nome lúpus eritematoso), principalmente nas áreas que ficam expostas à luz solar (rosto, orelhas, colo ("V" do decote) e nos braços) e o sistêmico, no qual um ou mais órgãos internos são acometidos.

Por ser uma doença do sistema imunológico, que é responsável pela produção de anticorpos e organização dos mecanismos de inflamação em todos os órgãos, quando a pessoa tem LES ela pode ter diferentes tipos sintomas em vários locais do corpo. Alguns sintomas são gerais como a febre, emagrecimento, perda de apetite, fraqueza e desânimo. Outros, específicos de cada órgão como dor nas juntas, manchas na pele, inflamação da pleura, hipertensão e/ou problemas nos rins.

Lúpus induzido por remédio: aparece após o tratamento com certos medicamentos, como os utilizados para tuberculose ou hipertensão. Em geral, os sintomas desaparecem após o fim do tratamento.

Lúpus neonatal: é passado da mãe para o bebê recém-nascido. Muitas vezes, o próprio organismo consegue se curar da doença.

O lúpus é uma doença que atinge qualquer parte do corpo, na qual o sistema imunológico entra em "pane" e começa a ver as células do próprio corpo como inimigas, em vez de ter vírus e bactérias como inimigos. Como resultado, a quantidade de leucócitos, soldados de defesa presentes em todo o organismo, cresce a níveis exagerados. E esse novo exército passa a atacar quem ele deveria defender.

No mais, a proposta está de acordo com o artigo 30, I, da Constituição Federal, que atribui aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local.


Lembramos que o Dia Internacional de Atenção à Pessoa com Lúpus é celebrado anualmente em 10 de maio

Pelo exposto, solicito aos nobres pares a aprovação deste Projeto de Lei.

Explicado o que é Lúpus, doença que tem incidência maior entre as mulheres, se torna necessário uma atenção maior a este tema no sentido de prevenção e orientação aos portadores.

Atenciosamente,

Vitória, 27 de janeiro de 2017.


Denninho Silva
Vereador - PPS



Vereador

**Denninho
Silva**

 denninho@denninhosilva.com.br

 Denninho Silva

 www.denninhosilva.com.br

Identificador: 350031003300360038003A00540052004100 Conferência em <http://www.cmv.es.gov.br/spl/autenticidade>.

Câmara Municipal de Vitória
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1778
Bento Ferreira - Vitória-ES
CEP: 29.050-625 (27) 3334-4516



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
1624	03	fu

01 02 17
[Handwritten signature]

**INCLUA-SE EM PAUTA PARA
DISCUSSÃO ESPECIAL**

Em, 01/02/17

[Signature]
Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em, 21/2/17

[Signature]
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em, 7/2/17

[Signature]
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em, 8/2/17

[Signature]
PRESIDENTE DA CÂMARA

- 1) Push the
- 2) Slide
- 3)
- 4)


Sylvan Munola
 Diretor do Depto. Legislativo
 CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

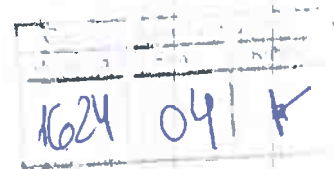
SAC
Em 02/03/17

04/03/17

Any

Dom 03 de marzo de 2017.

17/03/17



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº.: 49/2017

Processo nº.: 1624/2017

Assunto: "Institui no âmbito da cidade de Vitória, a Semana de Conscientização do Lúpus, sendo realizada anualmente na segunda semana do mês de Maio"

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do vereador Denner Januário da Silva, que dispõe sobre a instituição da Semana de Conscientização do Lúpus no âmbito da cidade de Vitória, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de Maio.

A semana compreende ações de divulgação e prevenção do Lúpus, abrangendo orientações psicológicas ao paciente e sua família, encaminhamento para tratamento médico, e distribuição de material publicitário, e coleta de dados para criação de banco de dados.

É o relatório.

II – FUNDAMENTOS

Discute-se neste parecer a legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 49/2012, sob o viés do ordenamento jurídico brasileiro.

Como cediço, as leis que disponham sobre organização administrativa e matéria orçamentária são normas de reprodução obrigatória. Essas normas são dispositivos da Constituição Federal de 1988 que, como o próprio nome indica, devem ser repetidos nas Constituições Estaduais.

Importante esclarecer que, se uma norma é de reprodução obrigatória, considera-se que ela está presente na Constituição Estadual mesmo que a Carta estadual seja silente, conforme explica o Ministro Luis Roberto Barroso:

as disposições da Carta da República que, por pré-ordenarem diretamente a organização dos Estados-membros, do Distrito Federal e/ou dos Municípios, ingressam automaticamente nas ordens jurídicas parciais editadas por esses



1624 051 Af

Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

entes federativos. Essa entrada pode ocorrer, seja pela repetição textual do texto federal, seja pelo silêncio dos constituintes locais – afinal, **se sua absorção é compulsória, não há qualquer discricionariedade na sua incorporação pelo ordenamento local.**" (Rcl 17954 AgR/PR).

Não existe um artigo da Constituição Federal que diga quais são as normas de reprodução obrigatória. Isso foi uma construção da jurisprudência do STF, ou seja, em diversos julgados o Tribunal foi mencionando quais as normas seriam de reprodução obrigatória.

Como exemplos de normas de reprodução obrigatória podemos citar as regras da Constituição Federal que tratam sobre **organização político-administrativa, competências, separação dos Poderes, servidores públicos e processo legislativo.**

No caso do Projeto de Lei nº 013/2017, que institui campanha e divulgação do Lupus, orientação psicológica e coleta de dados, há **interferência** nas ações do Executivo, e, portanto, são de competência exclusiva do Prefeito.

Assim, por ter o processo legislativo se iniciado na Câmara dos Vereadores, em matéria afeta de iniciativa do Chefe do Executivo, Há violação ao art. 61, §1º da Constituição Federal, e art. 63, III, da Constituição Estadual.

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo já declarou a inconstitucionalidade de lei municipal que previa o mesmo tipo de evento, por disciplinar matéria própria de gestão pública, cuja iniciativa cabe exclusivamente ao chefe do executivo:

CONSTITUCIONAL PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONTRA A LEI MUNICIPAL DE IBITIRAMA Nº 897/2015 – 1. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA – VÍCIO SANADO - REJEITADA – 2. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL – REJEITADA – 3. MÉRITO - PROIBIÇÃO O PLANTIO DE ÁRVORES, NATIVAS OU EXÓTICAS NAS MARGENS DAS ESTRADAS - COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PARA LEGISLAR SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL - ART. 30, I, DA CRFB - ROL DE MATÉRIAS DE INICIATIVA RESERVADA É TAXATIVO - INTELIGÊNCIA DO ART. 91, INCISO II C/C ART. 63 AMBOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO - ART. 17, PARÁGRAFO ÚNICO C/C ART. 63, PARÁGRAFO ÚNICO, VI E ART. 91, TODOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO. 1. Demonstrada a legitimidade ativa do Prefeito para a propositura da presente Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei Ordinária Municipal, nos termos do inciso VII, do art. 112 da Constituição do Estado. Vício sanado. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade ativa. 2. Ressalte-se que em caso de haver repetição da norma da Constituição Federal pela Constituição do Estado (normas



1624 06 M

Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

repetidas), o entendimento é de que, apesar de incabível o controle de constitucionalidade concentrado perante o Supremo Tribunal Federal (da lei ou ato normativo municipal tendo por paradigma de confronto a CF), será perfeitamente possível a realização do controle concentrado perante o Tribunal de Justiça local, confrontando-se a lei municipal em face da Constituição do Estado que repetiu a norma da Constituição Federal, mesmo em caso de norma da Constituição do Estado de repetição obrigatória e redação idêntica a norma da Constituição Federal. (cf. STF, Rcl 383-SP, RE-MC 16.390-AL e Rcl 386-8/SC, Rel. Octavio Galotti). Preliminar rejeitada de inépcia da inicial. 3. A Lei Municipal nº 897/2015 ao determinar que órgão do Executivo promova campanha de conscientização junto aos produtores rurais do Município com o intuito de informar sobre a proibição contida no art. 1º e determine providências acerca da completa sinalização do trecho originário, de forma reflexa, aumento de despesa pública, estando, deste modo, o Poder Legislativo a interferir em questão de dotação orçamentária do Município, acerca do qual somente o Executivo pode deliberar por flagrante reflexo nas contas públicas, não se admitindo o aumento de despesas sem a correspondente previsão orçamentária que a defina. 4. Do ponto de vista formal, portanto, a Lei Municipal de Ibitirama nº 897/2015, por ter o processo legislativo se iniciado na Câmara dos Vereadores, em matéria afeta de iniciativa do Chefe do Executivo, viola o inciso VI do parágrafo único do art. 63 da Constituição Estadual. 5. Procedente a pretensão deduzida, declara-se a inconstitucionalidade da Lei Ordinária Municipal de Ibitirama nº 897/2015, com efeitos ex tunc. ACÓRDÃO (TJES, Classe: Direta de Inconstitucionalidade, 100150047031, Relator : ARTHUR JOSÉ NEIVA DE ALMEIDA, Órgão julgador: TRIBUNAL PLENO, Data de Julgamento: 16/06/2016, Data da Publicação no Diário: 22/06/2016)

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Ação direta de inconstitucionalidade – Lei nº 6.151 de 15 de outubro de 2014, do Município de Ourinhos, que institui a “Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Vermnose” - Iniciativa oriunda do poder legislativo local – inviabilidade – inconstitucionalidade formal caracterizada – Lei que disciplina matéria própria de gestão pública, em ato de administração municipal, cuja iniciativa cabe exclusivamente ao chefe do executivo – Violação do princípio da separação dos poderes – Ato legislativo impugnado, ademais, que acarreta criação de despesa sem indicar a respectiva fonte de custeio – Ofensa aos artigos 5º, 24, §2º, item 2, 25, 47, incisos II, XIV, XIX, alínea “a”, 144, e 176, I, da Constituição Bandeirante – Precedentes – Pretensão Procedente. (ADI 20098026620158260000 SP 2009802-66.2015.8.26.0000, Órgão Especial, 18/05/2015, Julgamento 13 de maio de 2015, Relator Francisco Casconi).



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

1624 02 Af

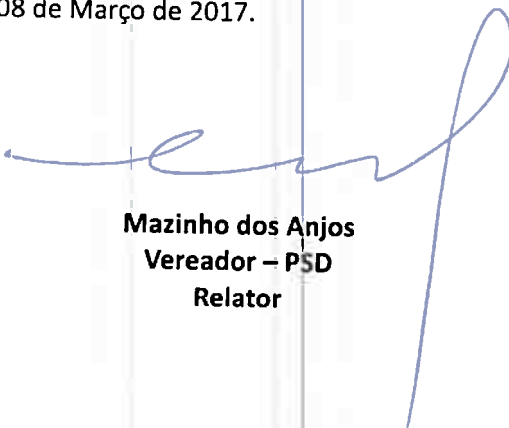
Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal que institui "Semana de Conscientização do Autismo" e dá outras providências. Norma de iniciativa parlamentar. Ato típico da administração. Ingerência na atribuição do Executivo para a prática de atos de gestão e organização administrativa. Ofensa do princípio da separação dos poderes. Precedentes. Ação julgada procedente. (TJ-SP - ADI 20085416620158260000 SP 2008541-66.2015.8.26.0000. Relator: Márcio Bartoli, Data de Julgamento: 13/02/2015, Órgão Especial, Data de Publicação: 19/05/2015"

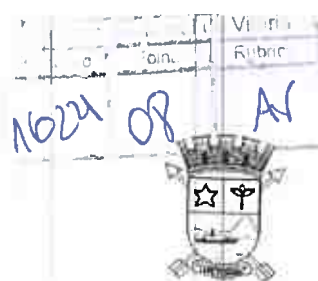
Por fim, vale apontar que, se excluídas as imposições de ações ao Executivo, o Projeto de Lei seria viável. Ou seja, se apenas institísse no calendário municipal a Semana de Conscientização do Lúpus na segunda semana do mês de Maio, facultando à administração a adoção de ações concretas, de acordo com a disponibilidade orçamentária, não haveria óbice à sua aprovação.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, sob o aspecto jurídico, somos pela **ILEGALIDADE** e **INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº 049/2017, por vício de iniciativa e violação da separação dos poderes.

Vitória, 08 de Março de 2017.


Mazinho dos Anjos
Vereador – PSD
Relator



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

SEGOV/GDO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
DE: 30/01/2017
FBS
RUBRICA

LEI Nº 9.090

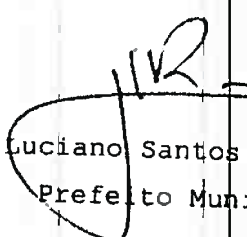
Institui o "Dia da Consciência e Atenção aos Portadores do Lúpus", no Calendário Oficial de Eventos do Município.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Vitória, o "Dia da Consciência e Atenção aos Portadores do Lúpus", a ser comemorado, anualmente, no dia 10 do mês de maio.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 26 de janeiro de 2017.


Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal

Ref. Proc. 207101/17
/vpo



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1624 09 18

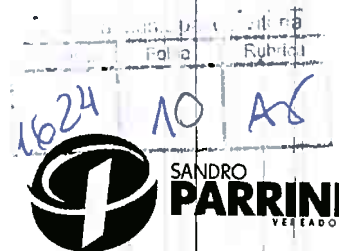
Ao SAC
em 14/03/17

[Handwritten signature]

Cid Del SAe
Cópia junta aos autos parecer do Relator
em anexo e Presente.
Em 24/03/2017.

[Handwritten signature]

S



VOTO EM SEPARADO

Projeto de Lei: 49/2017

Processo: 1624/2017

Autor: Denninho Silva

Ementa: "Institui no âmbito da cidade de Vitória, a Semana de Conscientização do Lúpus, sendo realizada anualmente na segunda semana do mês de maio

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Denninho Silva, que institui na cidade de Vitória, a Semana de Conscientização do Lúpus, com a sua realização anual na segunda semana do mês de maio.

Em seu Art. 1º, inciso I, elenca nas letras de "a" a "d", diversas ações que deverão ser efetivadas durante a campanha de divulgação e prevenção do Lúpus, e no inciso II, descreve outras ações de importância a serem cumpridas.

II – FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

O Projeto de Lei em epígrafe visa, como já mencionado, instituir a Semana de Conscientização do Lúpus, contribuindo para o esclarecimento e conscientização tanto das pessoas que já são portadoras do lúpus, quanto para a prevenção daquelas que não são portadoras.

Não obstante a proposição em comento ser de grande importância para os munícipes, e seu texto ser bastante abrangente, a letra "d" do Inciso I, do Art. 1º, que dispõe:

Reunião: 14ª Sessão Ordinária
 Comissão de Justiça 1603
 Data: 15/03/2017 - 14:47:11 às 14:57:33
 Data: 16/03/2017 - 14:47:11 às 14:57:33
 Tipo: Nominal
 Tipo: Nominal
 Turno: Ata
 Turno: Ata
 Quorum: 15 Parlamentares
 Quorum: 15 Parlamentares
 Total de Presentes: 15 Parlamentares
 Total de Presentes: 15 Parlamentares

1624 12 AV

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
30	Leonil	PPS	Sim	14:56:53
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	14:57:22
34	Roberto Martins	PTB	Sim	14:56:55
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	14:57:14
36	Waguinho Ito	PPS	Sim	14:57:29

Totais da Votação : SIM 5 NÃO 0 TOTAL 5

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1624 13 AV

Projeto de Lei Aprovado com voto
separado do Vereador Sandro Panini.

Em 15/03/17

SAC

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Saúde

Ao Sr. Vereador Nathan Medeiros, para avocar,

ou designar relator ~~para relator~~

Em 24/03/2007

SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões at:

29/03/17

Secretaria do S.A.C.

Aug.

Em atenção ao despacho acima,
designo para relator na comissão
de Saúde e Assistência Social, o
vereador Wanderson Marinho.

29 de Março de 2017



Nathan Medeiros
Vereador - PSB
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

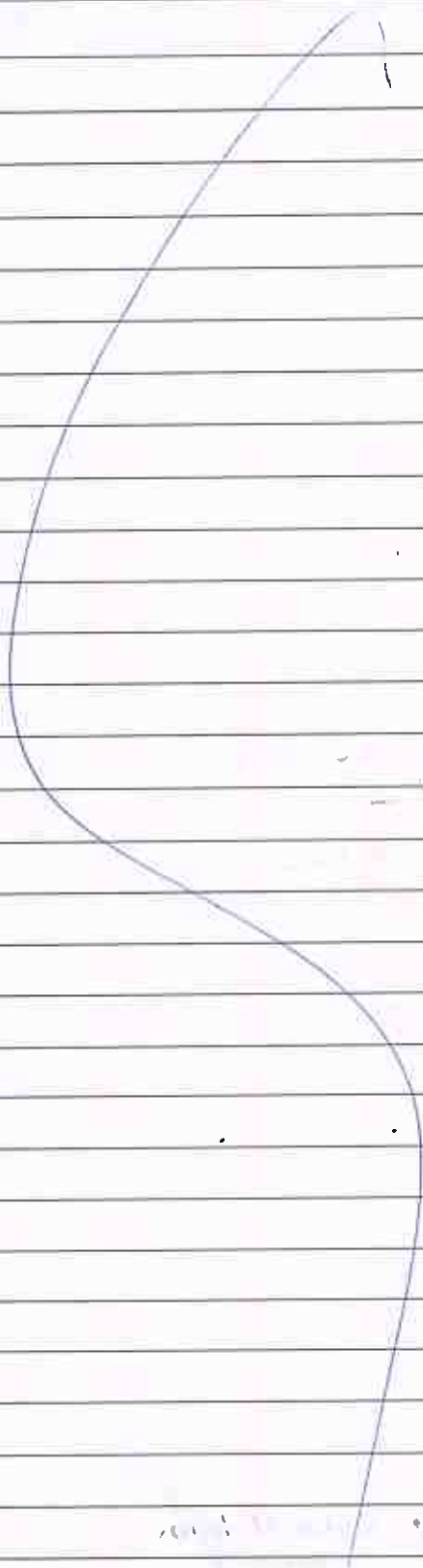
Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões at:

13/04/17

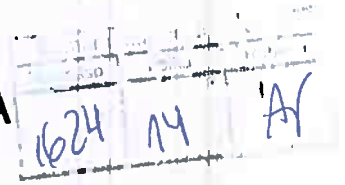
Secretaria do S.A.C.

Aug

2023



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



vereador
Wanderson
Mais perto de Você! **Marinho**

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº.:49/2017

PROCESSO Nº.: 1624/2017

ASSUNTO: Institui no âmbito da cidade de Vitória, a semana de Conscientização do LÚPUS, sendo realizada anualmente na segunda semana do mês de maio.

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei versa sobre a instituição da Semana de conscientização do LÚPUS no âmbito da capital Vitória, estabelecendo a segunda semana do mês de maio como data desta conscientização, assim diz o projeto, *in verbis*:

ART. 1º - A semana de conscientização do Lúpus compreende as seguintes ações:

I - Campanha de divulgação e prevenção do Lúpus;

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, Bento Ferreira - CEP 29050-940 - Vitória/ES
E-mail: Wandersonjsmarinho@gmail.com- Tel. (27) 3334-4564 / Fax.3334-4565



Wanderson Marinho
Comissão de Saúde e
Assistência Social
VICE-PRESIDENTE

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Art. 20- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Como visto acima, o presente projeto é de valor inigualável, principalmente no que tange aos acometidos pela doença objeto do presente projeto de lei.

FUNDAMENTOS JURÍDICOS

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Trata-se de importante relevância social, o projeto em comento trás vista a importância da prevenção bem como os cuidados das pessoas acometidas com esta grave doença.

Como visto acima, o presente projeto é de valor inigualável, logo merece total aprovação, visando instituir a semana com diversas ações e cuidados dessas pessoas, em se tratando do Município de Vitória, revela-se o importante interesse local, tendo em vista que parte da população vitoriense sofre com os males trazidos pela doença.

Logo, pugnamos pela total aceitação da matéria.

CONCLUSÃO

Dessa forma, com base nos preceitos que regem as normas de iniciativa de matérias legislativas e diante da importância da matéria, opinamos **APROVAÇÃO DA MATÉRIA**

Vitória, 09 de maio de 2017.



WANDERSON MARINHO
VEREADOR PSC

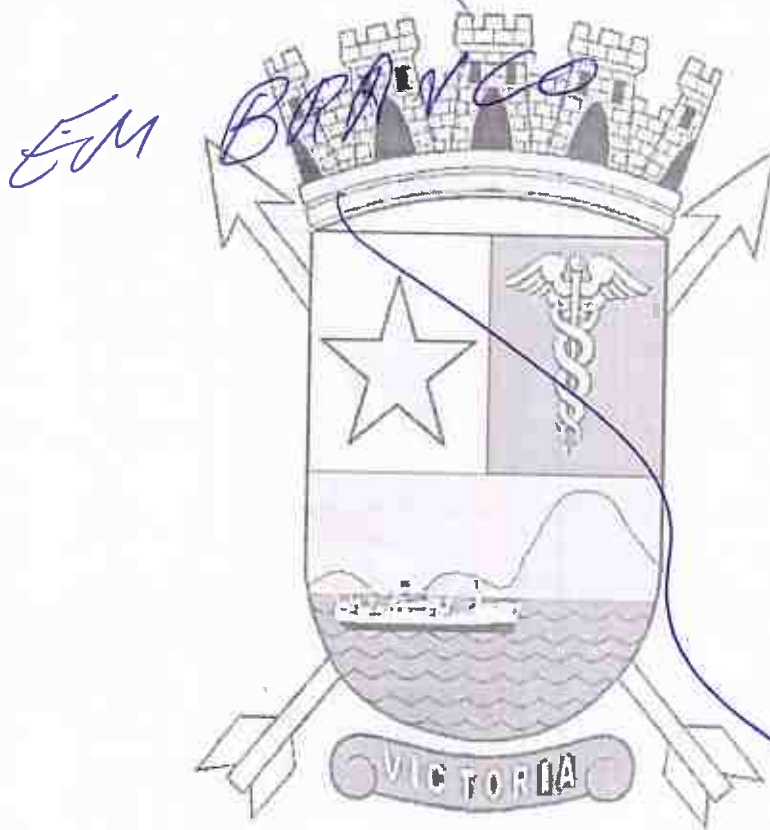


Wanderson Marinho
Comissão de Saúde e
Assistência Social
VICE-PRESIDENTE

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, Bento Ferreira - CEP 29050-940 - Vitória/ES
E-mail: Wandersonjsmarinho@gmail.com- Tel. (27) 3334-4564 / Fax.3334- 4565

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, Bento Ferreira - CEP 29050-940 - Vitória/ES
E-mail: Wandersonjsmarinho@gmail.com- Tel. (27) 3334-4564 / Fax.3334- 4565

Matéria : Comissão Projeto de Lei nº 49/2017

Reunião :

Comissão de

Data :

19/04/2017 - 14:50:53 às 14:55:13

Tipo :

Nominal

Turno :

Ata

Quorum :

Total de Presentes : 5 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar
35	Cleber Felix
31	Nathan Medeiros
11	Neuzinha
36	Waguinho Ito
20	Wanderson Marinho

Partido

Voto

Horário

PP

Sim

14:55:02

PSB

Sim

14:54:56

PSDB

Sim

14:55:06

PPS

Sim

14:54:54

PSC

Sim

14:55:00

Totais da Votação :

SIM
5

NÃO
0

TOTAL
5

PRESIDENTE

SECRETARIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1624 17 Ar

Jo Abel,

Ao Sr. (a): Sullivan Mansa
para providenciar a extração do avulso.

Em 09/05/17

SAC
Aug

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em 10/05/2017

Ana Carolina Alves
ASSINATURA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em, 11 / 5 / 2017

Presidente da CMV



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

REGIME DE URGÊNCIA

Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vitória.

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais, requer a V.Exª., após ouvido o douto Plenário, com base no que preceitua o art. 313 a 323 do **Regimento Interno**, Resolução nº 1919/14, seja incluído na Pauta da Ordem do Dia em **REGIME DE URGÊNCIA**, o Projeto de Lei 49/2017 contido no Processo protocolado nesta Casa sob o nº 1624/2017

VEREADOR
DENINHO SILVA

Palácio Atilio Vivacqua, 10 DE MAIO DE 2017



NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014

NOTA TÉCNICA Nº 001/2014



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTOGRAFO

Em, 11/5/2017

Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Pedro Engelen Santos
Para extração do Autógrafo de Lei e
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 19/05/2017

Diretor DEL

SR. DIRETOR

Após as formalidades legais informo a
V.S^a que o presente processo encontra-se em
condições de ARQUIVAMENTO.

Em, 03/02/2017

Funcionário

CARNAVAL MUNICIPAL DE VITORIA

SECRETARIA DE CULTURA

12/12/2010

Matéria : Projeto de Lei nº49/2017
Autoria : Denninho Silva

Reunião : 38º Sessão Ordinária
Data : 11/05/2017 - 17:40:51 às 17:41:15
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 11 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
35	Cleber Felix	PP	Sim	17:40:53
33	Dalto Neves	PTB	Sim	17:40:54
17	Davi Esmael	PSB	Não Votou	
29	Denninho Silva	RPS	Sim	17:40:56
37	Duda Brasil	PDT	Sim	17:40:59
30	Leonil	RPS	Sim	17:40:53
24	Luiz Paulo Amorim	PV	Não Votou	
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	17:41:00
31	Nathan Medeiros	PSB	Não Votou	
11	Neuzinha	PSDB	Não Votou	
34	Roberto Martins	RTB	Sim	17:40:55
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	17:40:53
21	Vinicius Simões	RPS	Não Votou	
36	Waguinho Ito	RPS	Sim	17:40:54
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	17:40:58

Totais da Votação :

SIM
10

NÃO
0

TOTAL
10

PRESIDENTE

SECRETARIO

NÃO VOTOU

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE. AUT. Nº 087

Vitória, 22 de Maio de 2017.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 10.852/2017**, referente ao **Projeto de Lei nº 49/2017**, de autoria do **Vereador Denninho Silva**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 11 de Maio de 2017.

Atenciosamente,

Vinícius Simões
PRESIDENTE

Processo **3028181/2017** Prioridade: **EXPRESSA**
Data: 29/05/2017 Hora 12:50
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 087/2017
Destino: **SEGOV/SUB-RI**
Volume: 01/01



Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. Nº 1624/2017 - CMV/DEL





Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 10.852

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o Projeto de Lei nº 49/2017, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Institui-se no âmbito da cidade de Vitória, a Semana de Conscientização do Lúpus, sendo realizada anualmente na segunda semana do mês de Maio

Art. 1º. A semana de conscientização do Lúpus compreende as seguintes ações:

I- Campanha de divulgação e prevenção do Lúpus:

- a) Informações sobre o que fazer se estiver acometido por esta doença;
- b) Orientação psicológica e suporte às pessoas com Lúpus e seus familiares;
- c) Encaminhamento para tratamento médico adequado;
- d) Distribuição de cartazes, panfletos e fôlders com informações sobre as características e sintomas da doença.

II - Coleta de dados sobre os portadores desta doença, criando um banco de dados integrado com os hospitais públicos, postos de saúde e entidades privadas de saúde, com o objetivo de:

a) Detectar os índices de incidência da doença na cidade de Vitória;

b) Contribuir para o aprimoramento das pesquisas científicas do setor.



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 22 de Maio de 2017.

Vinicius José Simões
PRESIDENTE

Wanderson José da Silva Marinho
1º SECRETARIO

Leonil Dias da Silva
2º SECRETÁRIO

Adalto Bastos das Neves
3º SECRETÁRIO

Proc. Nº 1624/2017 - CMV
/DEL





Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

DESPACHO

Transcorrido, *in albis*, o prazo de sanção e veto por parte do Prefeito Municipal, tem-se que ocorreu à sanção tácita, na forma do § 1º do Art. 83 da Lei Orgânica Municipal. Transcorrido, ainda, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da promulgação da Lei por parte do prefeito municipal, encaminhe-se ao Presidente da Câmara para promulgar e publicar a Lei, na forma do Art. 83, § 7º, da Lei Orgânica Municipal de Vitória.

Em 23 de Junho de 2017.


SWLIVAN MANOLA
Diretor do Departamento Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



**Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo**

LEI Nº 9.150

Institui-se no âmbito da cidade de Vitória, a Semana de Conscientização do Lúpus, sendo realizada anualmente na segunda semana do mês de Maio

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. A semana de conscientização do Lúpus compreende as seguintes ações:

I- Campanha de divulgação e prevenção do Lúpus:

- a) Informações sobre o que fazer se estiver acometido por esta doença;
- b) Orientação psicológica e suporte às pessoas com Lúpus e seus familiares;
- c) Encaminhamento para tratamento médico adequado;
- d) Distribuição de cartazes, panfletos e fôlders com informações sobre as características e sintomas da doença.

II – Coleta de dados sobre os portadores desta doença, criando um banco de dados integrado com os hospitais públicos, postos de saúde e entidades privadas de saúde, com o objetivo de:

- a) Detectar os índices de incidência da doença na cidade de Vitória;
- b) Contribuir para o aprimoramento das pesquisas científicas do setor.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 26 de Junho de 2017.

Vinícius José Simões
PRESIDENTE

Proc. Nº 1624/2017 – CMV/DEL



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

OF.PRE.ENC.LEIS Nº 094

Vitória, 29 de Junho de 2017.

Assunto: **LEI PROMULGADA**

Senhor Prefeito,

Encaminho a V. Exa. à **Lei Promulgada nº 9.150/2017**, referente ao **Projeto de Lei nº 49/2017**, de autoria do Vereador **Denner Januario da Silva**, publicada no Diário Oficial Legislativo Municipal de 29 de Junho de 2017.

Atenciosamente,

Vinícius José Simões
PRESIDENTE

Processo: **3849795/2017** Prioridade: **NORMAL**
Data: **03/07/2017** Hora: **13:13**
Requerente: **VITORIA CAMARA MUNICIPAL**
Assunto: **PROJETO DE LEI**

Documento: **OFÍCIO - 094/2017**
Destino: **SEGOV/GAB**
Volume: **01/01**



Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. Nº 1624/2017 – CMV/DEL.



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

www.cmv.es.gov.br/diario

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 613

Ano V

Vitória (ES), Quinta-feira, 29 de junho de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Dia Municipal do Oficial de Justiça no Município de Vitória/ES, que será comemorado anualmente no dia 25 de março.

Parágrafo Único – A data comemorativa de que trata o caput deste artigo passa a integrar o Calendário Oficial do Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Atilio Vivacqua, 26 de Junho de 2017.

Vinícius José Simões

PRESIDENTE

LEI Nº 9.150

Institui-se no âmbito da cidade de Vitória, a Semana de Conscientização do Lúpus, sendo realizada anualmente na segunda semana do mês de Maio

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. A semana de conscientização do Lúpus compreende as seguintes ações:

I- Campanha de divulgação e prevenção do Lúpus:

- a) Informações sobre o que fazer se estiver acometido por esta doença;
- b) Orientação psicológica e suporte às pessoas com Lúpus e seus familiares;
- c) Encaminhamento para tratamento médico adequado;
- d) Distribuição de cartazes, panfletos e folders com informações sobre as características e sintomas da doença.

II – Coleta de dados sobre os portadores desta doença, criando um banco de dados integrado com os hospitais públicos, postos de saúde e entidades privadas de saúde, com o objetivo de:



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

www.cmv.es.gov.br/diario

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 613

Ano V

Vitória (ES), Quinta-feira, 29 de junho de 2017

- a) Detectar os índices de incidência da doença na cidade de Vitória;
- b) Contribuir para o aprimoramento das pesquisas científicas do setor.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 26 de Junho de 2017.

Vinícius José Simões

PRESIDENTE

LICITAÇÕES

RESUMO DE CONTRATO CONTRATO Nº. 008/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA, em atendimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações torna pública a celebração de Contrato, constante do processo nº 3301/2017, conforme abaixo:

Contratante - Câmara Municipal de Vitória.

Contratada - **THALES DA SILVA SOUZA**

Objeto - Conserto e manutenção de sistema de som e projeção de vídeo com substituição de peças, cabos e suporte técnico para operação e conservação dos equipamentos.

Valor - **R\$ 24.000,00** (Vinte e quatro mil reais).

Prazo - 12 (doze) meses.

Elemento de despesa - **3.3.90.39.17**

Atividade - **01.031.0035.2.0324.**

Vitória, 27 de junho de 2017.

VINICIUS JOSE SIMOES

Presidente da CMV

COMISSÕES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA MESA DIRETORA

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de 2017, às 15 horas, no Plenário "Maria Ortiz" na Câmara Municipal de Vitória realizou-se a segunda reunião ordinária da Mesa Diretora, da 18ª Legislatura sob a presidência do Exmo. Vereador Vinícius Simões. Presente os Exmos. Vereadores Wanderson Marinho e Leonil, sendo dado como lidos e aprovados a Ata e Termo de Comparecimento de reuniões anteriores, deu-se início a **Ordem do dia**: Processos que tiveram seus pareceres apreciados e votados pelos membros da comissão: **Processo nº 359/2017 - Projeto de Resolução 02/2014 - Relator:** Vereador Wanderson Marinho - **Parecer do Relator:** Pela Aprovação da Matéria - **Parecer da Comissão:** Pelas conclusões do relator; **Processo nº 2144/2017 - Projeto de Resolução 05/2017 - Relator:** Vereador Wanderson Marinho - **Parecer do Relator:** Pela Aprovação da matéria - **Parecer da Comissão:** Pelas conclusões do relator; **Processo nº 2015/2017 - Projeto de Resolução 04/2017 - Relator:** Vereador Wanderson Marinho - **Parecer do Relator:** Pela Rejeição da matéria - **Parecer da Comissão:** Retirado de pauta por conter vício de iniciativa formal. Nada mais havendo a tratar o Exmo Senhor Vereador Vinícius Simões, declarou encerrada a reunião e convocou os Senhores Vereadores para a próxima, que



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

Sr. Diretor

Encaminhado para expediente externo

A Lei Promulgada nº 9.130/2017

Em, 29/06/2017

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE EXTERNO

EM, ____/____/20____

DIRETOR/DEL

AO DEL

Para providenciar os demais encaminhamentos
regimentais relativos ao presente processo.

Em, ____/____/20____

Presidente da Sessão

